

Brasil: Perspectivas Econômicas e Desafios Fiscais

Secretaria do Tesouro Nacional Ministério da Economia

Sumário

- 1 Cenário Macroeconômico e Perspectivas
- 2 Cenário Fiscal de Médio Prazo
- **3** Desafios Fiscais: Benefícios fiscais, Previdência e Pessoal
- Desafios Fiscais: Estados, Empresas Estatais e Investimento Público

1 Setor Externo

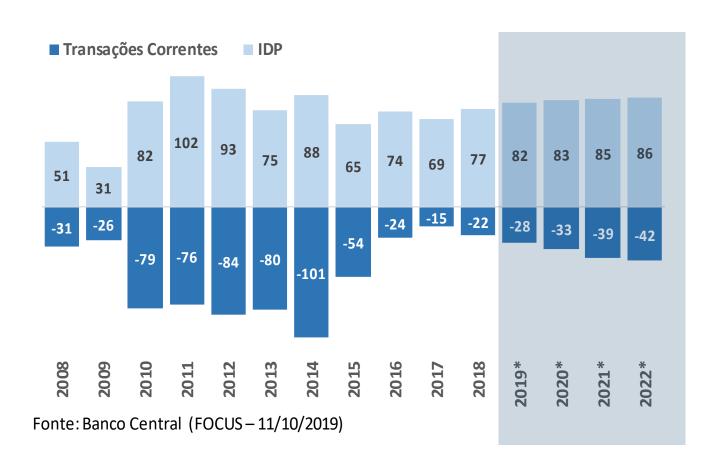
Porto forte

Apesar do fim do ciclo de *commodities,* os déficits em conta corrente têm sido plenamente financiados pelos fluxos de Investimento Direto no País (IDP)

Em outras palavras, o balanço de pagamentos não apresenta, neste cenário, risco de desequilíbrio que leve à ruptura do modelo atual (câmbio flutuante e livre fluxo de capitais)

Além disso, as reservas internacionais estão em USD 385 bilhões, nível bastante confortável

Conta Corrente e IDP (US\$ bi)



1 Política Monetária

Ponto forte: Inflação converge à meta de política monetária e expectativas encontram-se ancoradas.



Fonte: Tesouro Nacional (11/10/2019)

Inflação Anual (IPCA)



Fonte: IBGE (IPCA)

Taxa de juros de longo prazo também responde à estabilização de preços

^{*} Para a taxa de juros real são utilizados os benchmarks de longo prazo das NTN-B (títulos indexados ao IPCA). Atualmente são considerados os vencimentos de 2035 e 2055. Para a taxa de juros nominal é utilizado o benchmark de 10 anos da NTN-F. Atualmente o vencimento de 2029.

^{*} Projeções de mercado: Banco Central (FOCUS – 11/10/2019)

1 Crescimento Econômico

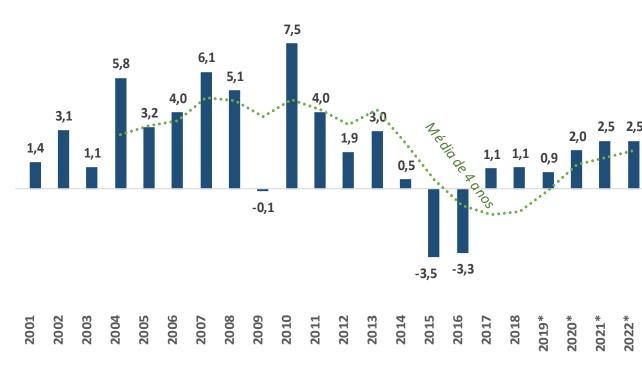
Desafio: Retomada do crescimento a partir de 2017 reverte a recessão mais longa da história do país, mas crescimento mais robusto depende de reformas

Crescimento Potencial

Cenário	(% PIB)
Crescimento nos últimos 20 anos (1994-2013)	3,3
Efeito do crescimento mundial e demográfico (China)	-1,0
PIB potencial (sem reformas)	2,3
Reformas microeconômicas	+
Crowding-in Setor Privado	+
PIB potencial (com reformas)	3,5 - 4,0

Fonte: Ministério da Fazenda (jul/2017)

Crescimento Real do PIB



Fonte: IBGE e Banco Central (FOCUS-11/10/2019)

Agenda de reformas contribui para um *crowding-in* do setor privado

^{*} Projeções de mercado

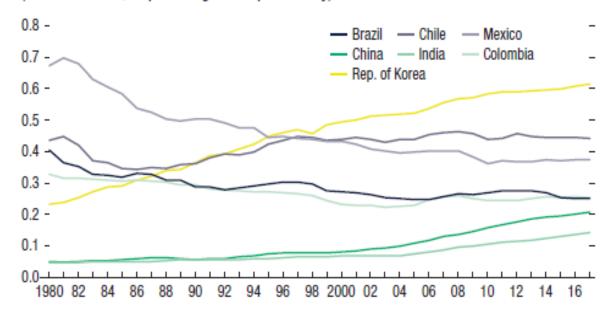
Crescimento Econômico: reformas e produtividade

- Ambiente macroeconômico estável é condição indispensável
- Criação de um ambiente de negócios mais competitivo e propício ao investimento e à inovação
- Aumento da qualidade educacional, principalmente dos estudantes até o segundo grau
- Maior eficiência do mercado financeiro e de capitais na alocação dos recursos
- Aprovação da Reforma Tributária: ainda não há consenso técnico e há muitos atores políticos envolvidos
- Melhoria dos marcos regulatórios de infraestrutura: tendência é avanço apenas em temas pacificados

<u>Potencial de crescimento pode estar abaixo 2,0%</u>. Com o fim do bônus demográfico, aumenta a urgência de elevar a produtividade

Produtividade do Trabalho (como proporção da produtividade dos EUA)

Figure 4.2. Labor Productivity—Output per Employed Person (2016 US dollars; as percentage of US productivity)



Source: Conference Board, Total Economy Database.

Crescimento Econômico: Um possível cenário baseado em reformas

"Um cenário de reformas amplas permite maior crescimento da renda per capta, a partir de um melhor equilíbrio entre infraestrutura, capital humano e produtividade"

Cenário		Resultados – PIB per capita				
	Taxa de	Investimento	Capital	Produtividade	lutividade Crescimento	
	investimento em	infraestrutura	humano	geral (%a.a.)	anual médio	acumulado
	2041-50 (%PIB)	(% total)	(%a.a.)		(%a.a.)	2016-2050
						(%)
Básico	18,2	10,0	0,73	0,0	1,00	38,3
Reformas pró-	22,0	20,0	0,73	0,0	1,49	65,2
investimento						
Aumento do capital	18,2	10,0	1,48	0,0	1,42	61,4
humano						
Aumento da	18,2	10,0	0,73	0,5	1,53	67,8
produtividade						
Reformas amplas	22,0	20,0	0,73	0,5	2,08	101,5

Fonte: IPEA (Desafios da Nação)

1 Crescimento Econômico: Algumas reformas relevantes no pipeline

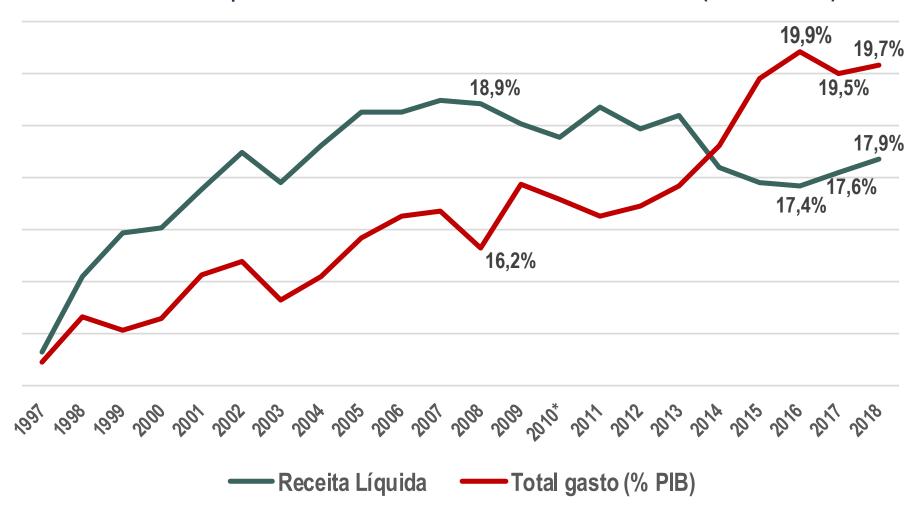
Medidas	C	Caminho para aprovação		Impacto
		Medidas do Executivo		
Cessão Onerosa (Pré-sal)		•		
Abertura do setor de Gás				
Privatizações Telecom, correios, empresas de tecnologia de informação, portos, esgotos	, energia)	•		
	iviada ao Cong	gresso Câmara dos Deputados	Senado	
Agência de classificação de crédito		◆	-	
Combate às fraudes na previdência (MP 871/2019)	*	4	*	R\$ 10 bi por ano
Reforma da previdência	**	✓		R\$ 933 bi em 10 anos
Lei 13.874/2019	•	<u> </u>	•	
(facilitador de negócios: reduz tapete vermelho)	•	· ·	•	
Reforma Tributária				
Reforma Administrativa				
Novo pacto federativo				
Lei 149/ 2019 (apoio aos estados)	4			
Privatização da Eletrobras	-			
Emenda Constitucional 98/2019 (possibilita compartilhar os recursos da cessão onerosa)	4	4	4	
Privatização do sistema de esgoto	4		4	
Independência do Banco Central	*			
Aprimoramento da lei de contratação do setor Público (Bens e Serviços)	4	4		
Nova Lei de Concessões				

Sumário

- 1 Cenário Macroeconômico e Perspectivas
- 2 Cenário Fiscal de Médio Prazo
- **3** Desafios Fiscais: Benefícios fiscais, Previdência e Pessoal
- Desafios Fiscais: Estados, Empresas Estatais e Investimento Público

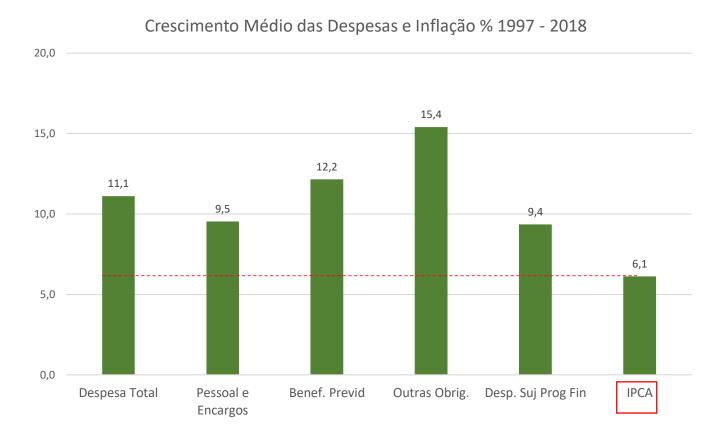
Por motivos distintos, receitas e despesas caminharam em sentidos opostos após 2014

Receitas e Despesas Primárias do Governo Central (em % PIB)



^{*} Projeção LDO 2019. Em 2010, houve forte aumento das receitas, pela cessão onerosa, e das despesas, pela operação de capitalização da Petrobrás

Dinâmica das Despesas Primárias nos últimos 20 anos

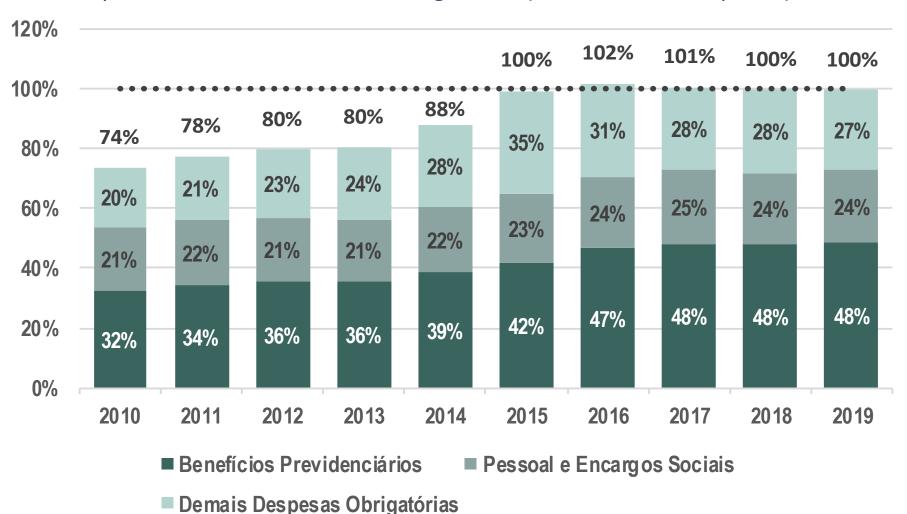


Os gastos primários, principalmente os obrigatórios, têm apresentado trajetória persistente de crescimento nos últimos anos

De 1997 a 2018, o crescimento médio anual das despesas do governo superou a inflação média do período

Receitas do governo não são suficientes para pagar as despesas obrigatórias

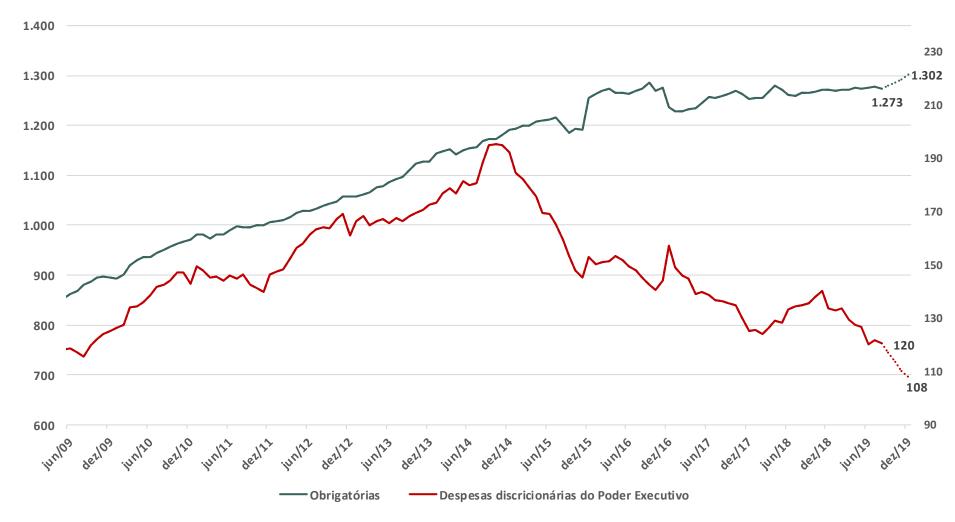
Despesas do Governo Central Obrigatórias (em % Receitas Líquidas)*



Fonte: STN/MF. * 2019: Anual Acumulado em 12 meses até agosto

Teto dos gastos: Crescimento das despesas obrigatórias reduz margem para discricionárias

Despesas do Governo Central em 12 meses (em R\$ bilhões de ago/2019)



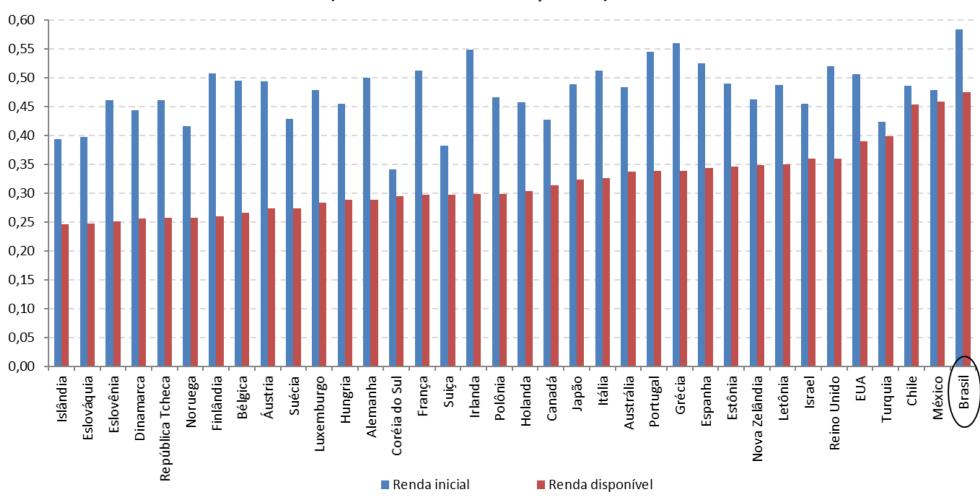
^{*} Para 2010 foram excluídas as receitas da cessão onerosa e despesas pela operação de capitalização da Petrobrás

Fonte: STN

Despesas obrigatórias pioram distribuição da renda e retiram espaço para novas políticas redistributivas

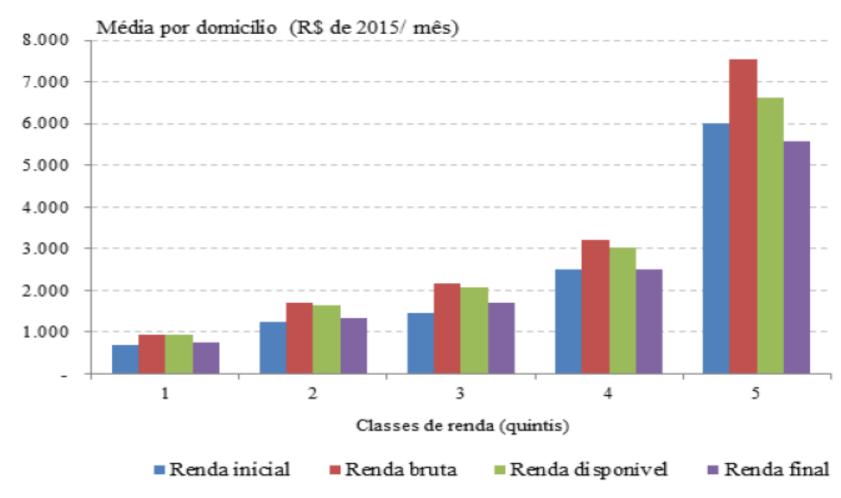
Coeficiente de Gini antes e depois dos Tributos Diretos e Transferências para as famílias: Brasil e OCDE





Despesas obrigatórias pioram distribuição da renda e retiram espaço para novas políticas redistributivas

Gráfico 7 - Efeito dos Tributos e Transferências sobre a Renda dos Domicílios

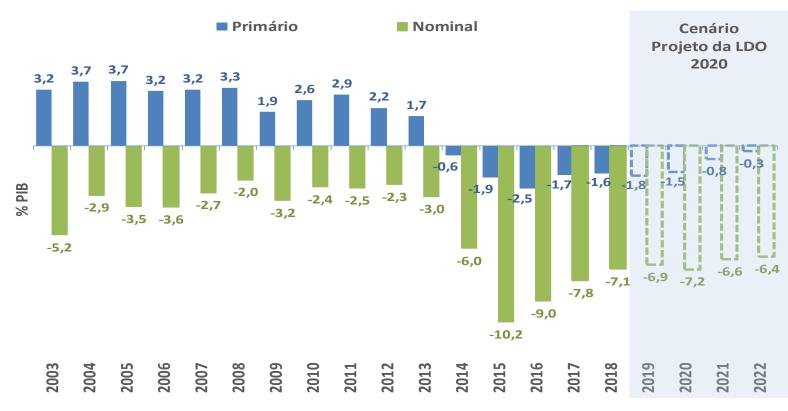


Fonte: Cálculo dos autores usando a PNAD 2015 e o BRAHMS v.15.

2 Histórico e Projeções Fiscais

A rigidez orçamentária e a ausência de reformas, associadas a um ciclo econômico desfavorável, levaram a um desequilíbrio fiscal de cinco anos

As reformas em curso contribuem para uma lenta, porém consistente reversão desse desequilíbrio, após nove anos consecutivos de déficits primários



Fonte dados realizados: Banco Central

Projeções: PLDO 2019

Resultado Primário	2018		2019		20	20	20	21	2022		
Resultado Fililialio	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	
Governo Central	-116,2	-1,69	-139	-1,9	-124,1	-1,58	-68,5	-0,81	-31,4	-0,35	
Governos Regionais	3,5	0,05	10,5	0,1	9	0,11	7,25	0,09	5,3	0,06	
Estatais	4,4	0,06	3,5	0,05	-3,81	-0,05	-4,04	-0,05	-4,24	-0,05	
Setor Público	-108,3	-1,57	-132	-1,8	-118,91	-1,51	-65,29	-0,77	-30,34	-0,33	

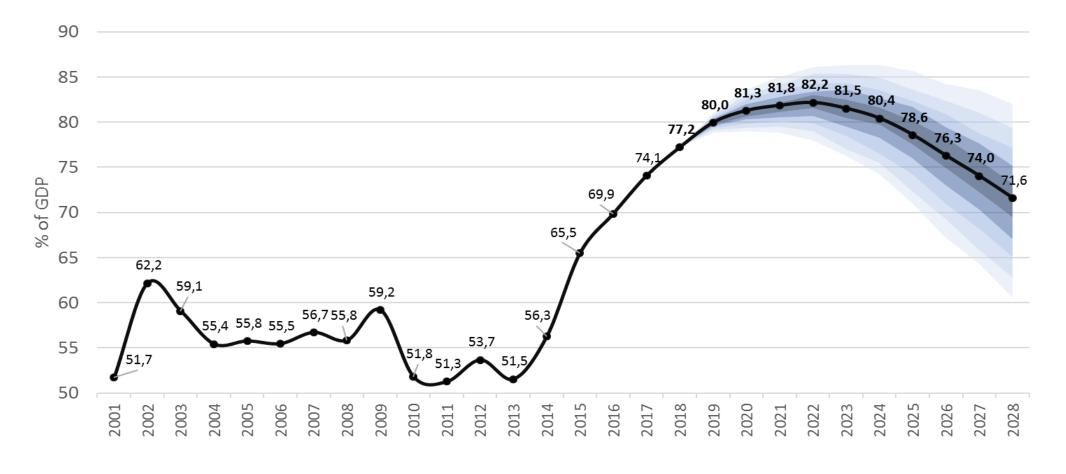
Projeções: PLDO 2019

No melhor cenário, a dívida pública se estabiliza em patamar recorde

Devoluções de recursos (BNDES): R\$ 380,5 bilhões

Realizados:

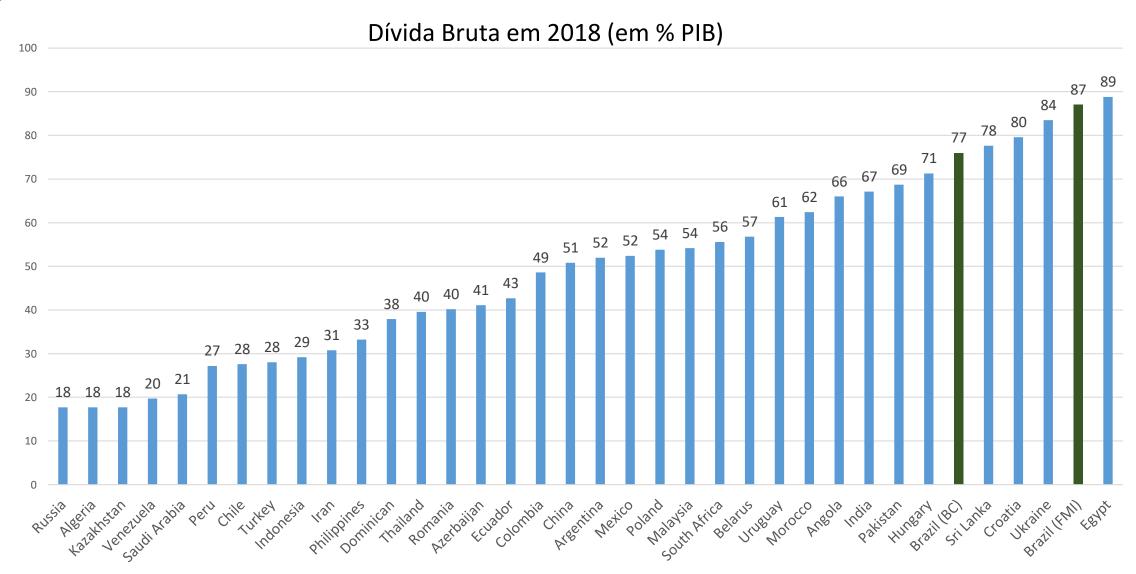
2015: R\$ 30,5 bilhões 2016: R\$ 100 bilhões 2017: R\$ 50 bilhões 2018: R\$ 130 bilhões 2019: R\$ 70 bilhões



Fonte: BCB Projeção: STN

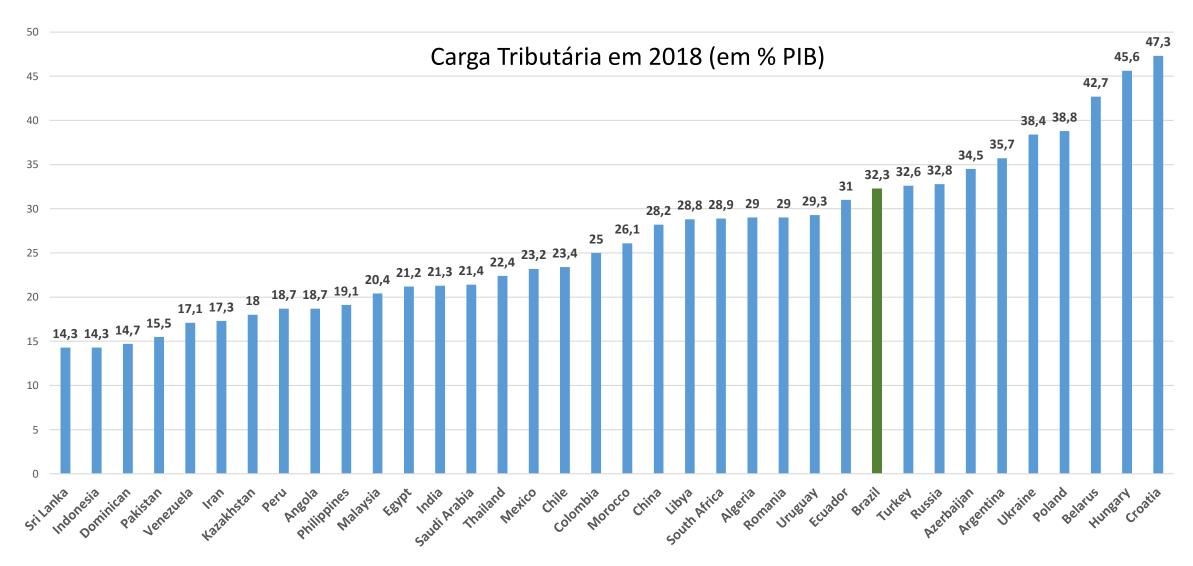
Em um cenário no qual o resultado primário projetado é alcançado, a dívida se estabiliza, porém em níveis superiores aos atuais e bem acima dos observados nos demais países emergentes. A estabilização abaixo de 83% do PIB só ocorre por causa das liquidações antecipadas do BNDES já ocorridas, as quais reduziram a DBGG na mesma magnitude do valor liquidado. Entre 2015 e 2019, o BNDES terá liquidado contratos com o TN no montante de R\$ 380,5 bilhões, **reduzindo a DBGG em cerca de 7% do PIB.**

Não há mais espaço para expandir o endividamento



Fonte: FMI (projeções) e Metodologia BC (para projeção do Brasil pela STN)

2 Assim como não há muito espaço para um ajuste fiscal via aumento das receitas



Fonte: FMI e STN (para Brasil)

Sumário

- 1 Cenário Macroeconômico e Perspectivas
- 2 Cenário Fiscal de Médio Prazo
- **3** Desafios Fiscais: Benefícios fiscais, Previdência e Pessoal
- Desafios Fiscais: Estados, Empresas Estatais e Investimento Público

Desafios Fiscais: Benefícios financeiros, creditícios e tributários

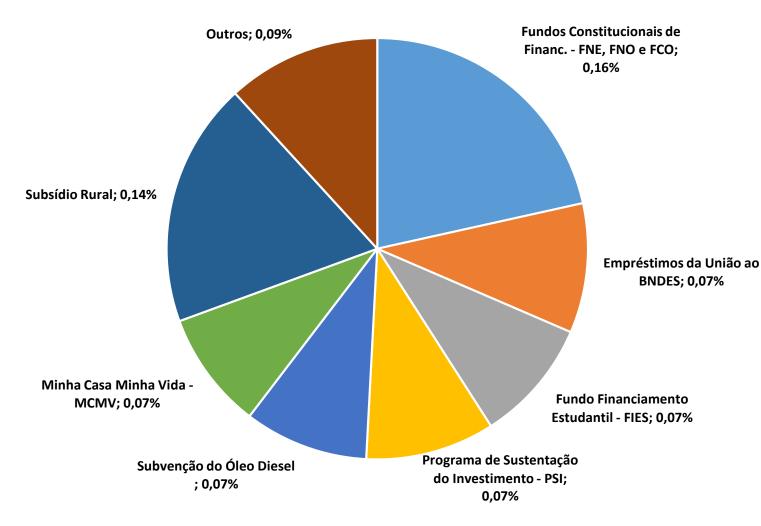


Fonte: SECAP/ME



Desafios Fiscais: Benefícios financeiros e creditícios reduzindo ao longo do tempo

Benefícios Financeiros e Creditícios em 2018 (% PIB)



- 0,7% do PIB em 2018, contra 2,1% em 2015 (recorde) e 1,3% em 2017
- Tendência dos benefícios financeiros e creditícios é de queda: fim do PSI, reformulação do FIES e troca de TJLP por TLP (reduz subsídios junto a BNDES e FAT)

Fonte: SECAP/ME

Desafios Fiscais: Benefícios Tributários são o grande desafio

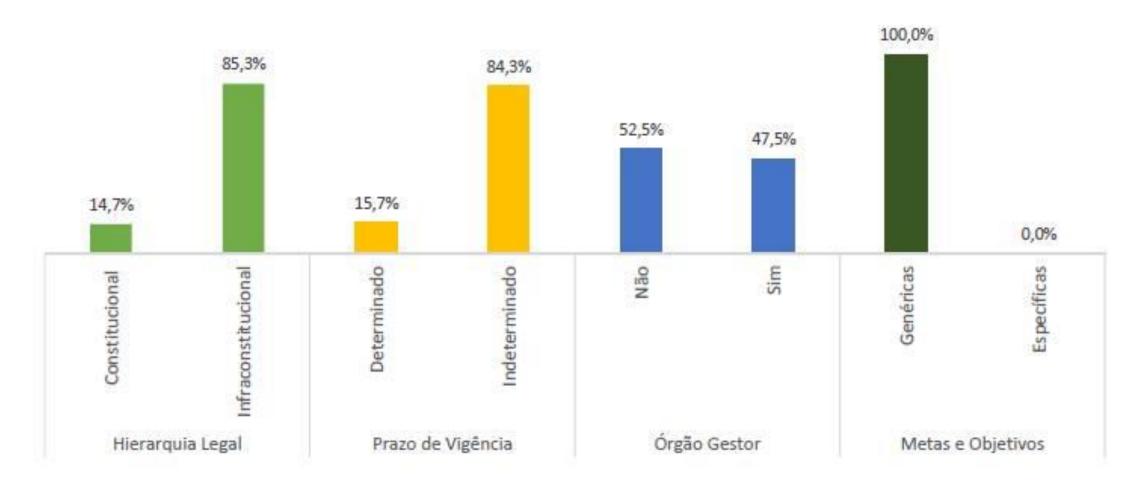
Participação dos Programas de Gasto Tributário (2018) - R\$ bilhões e % do total

Gastos Tributários - Agrupamentos	Demonstrativo de Gastos Tributários 2018	Participação %	Participação % acumulada
Simples e MEI	77,38	26,42%	26,42%
Imposto sobre a Renda Pessoa Física - IRPF (Diversos)	53,69	18,33%	44,76%
Zona Franca e Áreas de Livre Comércio	25,09	8,57%	53,32%
Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica	15,86	5,42%	58,74%
Entidades Filantrópicas	15,55	5,31%	64,05%
Desoneração da Folha de Salários	12,10	4,13%	68,18%
Medicamentos	11,76	4,02%	72,20%
Entidades sem Fins Lucrativos	11,65	3,98%	76,18%
Exportação da Produção Rural	7,50	2,56%	78,74%
Desenvolvimento Norte e Nordeste	6,93	2,37%	81,11%
Informática e Automação	5,78	1,97%	83,08%
Benefícios ao Trabalhador - Previdência	5,26	1,80%	84,88%
Poupança e Letra Imobiliária Garantida	5,15	1,76%	86,64%
Benefícios ao Trabalhador - Outros	1,24	0,42%	87,06%
Outros	37,90	12,94%	100,00%
Total Geral	292,84	100%	

Fonte: Tesouro Nacional a partir de dados da Receita Federal do Brasil

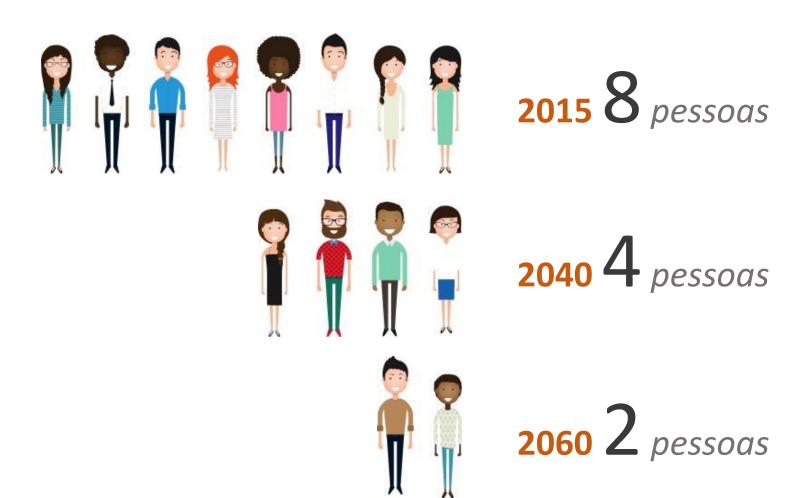
Desafios Fiscais: Benefícios Tributários são o grande desafio

Gastos Tributários Instituídos (2010 – 2017) em % do total



Desafios Fiscais: Reforma da Previdência

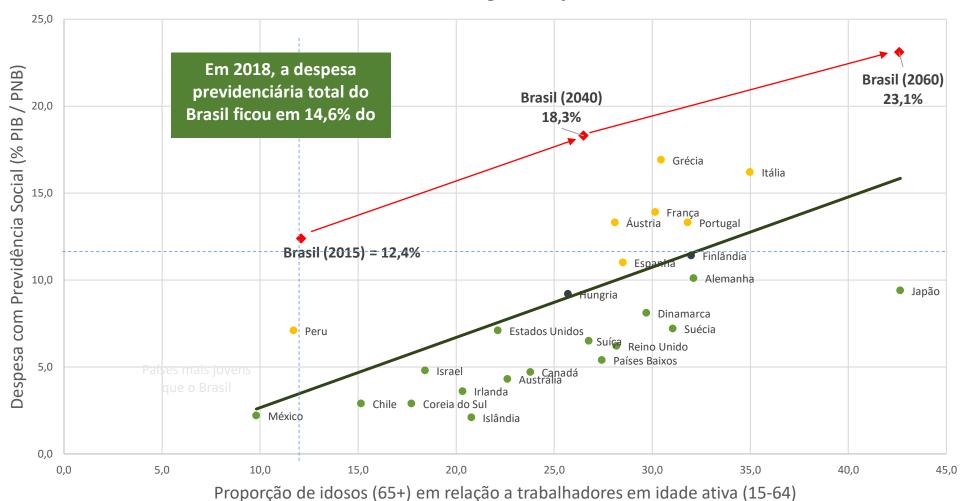
Número de pessoas de (20-64 anos) para cada pessoa com 65 anos ou mais de idade



Fonte: IBGE

Desafios Fiscais: Reforma da Previdência – O futuro é mais preocupante que o presente

Gasto com Previdência e demografia - países da OCDE - 2015

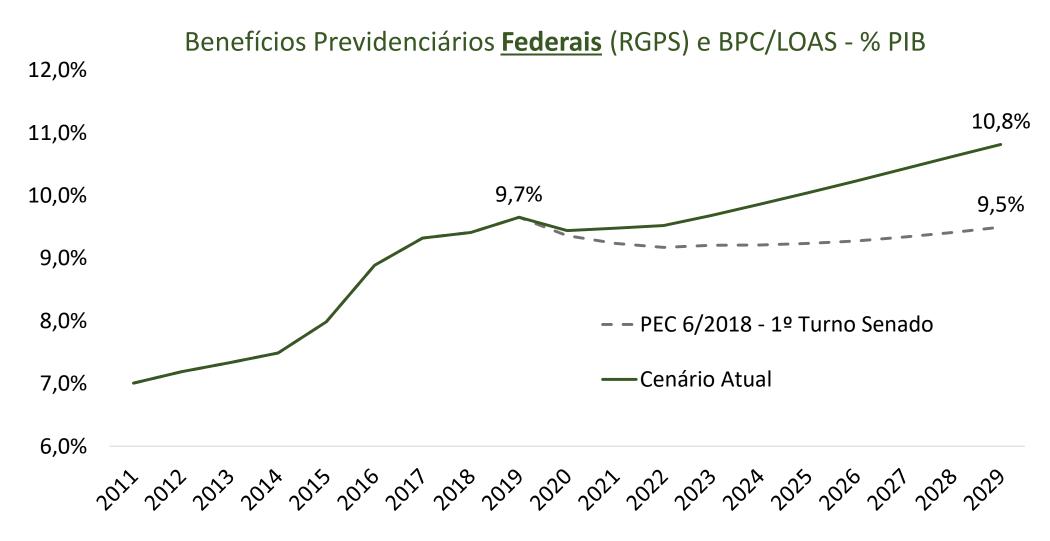


A reforma
permitirá a
estabilização dos
gastos da União
com Previdência
como proporção
do PIB. Preocupa
muito a situação
de Estados e
Municípios.

Fonte: Cálculos com base em dados da OCDE e ONU.

^{*} Para o Brasil, foram extraídos dados referentes ao ano de 2015, considerando despesas com RGPS, RPPS (federal, estadual e municipal) e BPC/LOAS

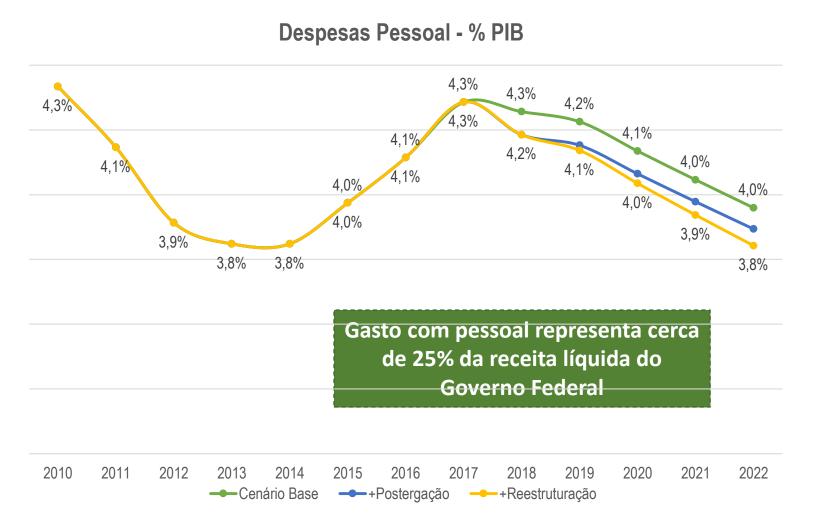
Desafios Fiscais: Reforma da Previdência no Governo Federal



Fonte: PLOA 2020, Anexo IV.5 do PLDO 2020, SPREV/ME e STN/ME. Elaboração: STN/ME

Desafios Fiscais: Despesas com pessoal no Governo Federal

Além de controlar o crescimento, é necessário buscar maior eficiência e instituir a meritocracia



Ajustes já anunciados

- Postergação dos reajustes concedidos aos servidores civis do Poder Executivo Federal
- Implementação de um teto remuneratório para todos os poderes
- Cancelamento de reajustes de cargos comissionados e gratificações
- Reestruturação de carreiras do Poder Executivo

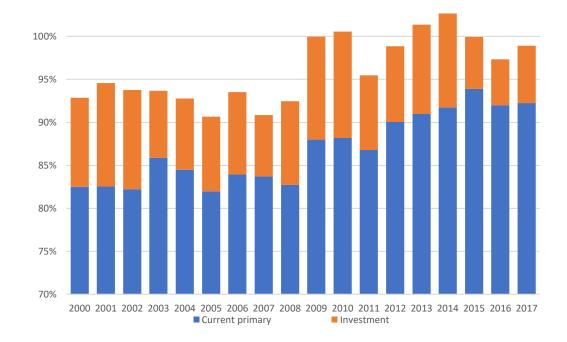
Fonte: STN/SUPEF/CESEF

Sumário

- 1 Cenário Macroeconômico e Perspectivas
- 2 Cenário Fiscal de Médio Prazo
- **3** Desafios Fiscais: Benefícios fiscais, Previdência e Pessoal
- Desafios Fiscais: Estados, Empresas Estatais e Investimento Público

Desafios Fiscais: Finanças dos Estados

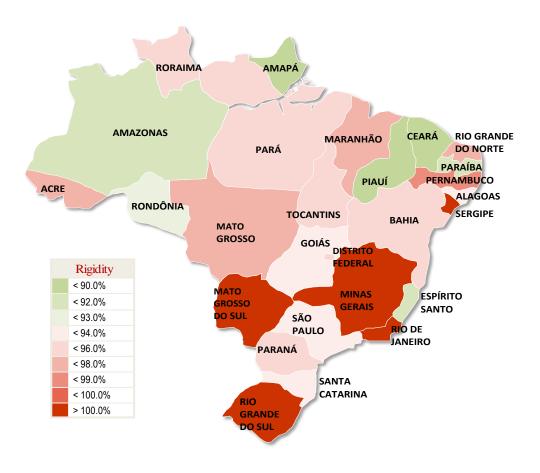
Despesas correntes primárias versus invetimentos – 2010-2018 (media dos estados - % da receita corrente)



Despesas correntes em constante elevação a partir de 2009 reduzem espaço para investimentos

Rigidez do orçamento compromete 20 dos 27 estados

Índice de Rigidez dos Estados Despesas correntes e serviço da dívida como % da receita liquida

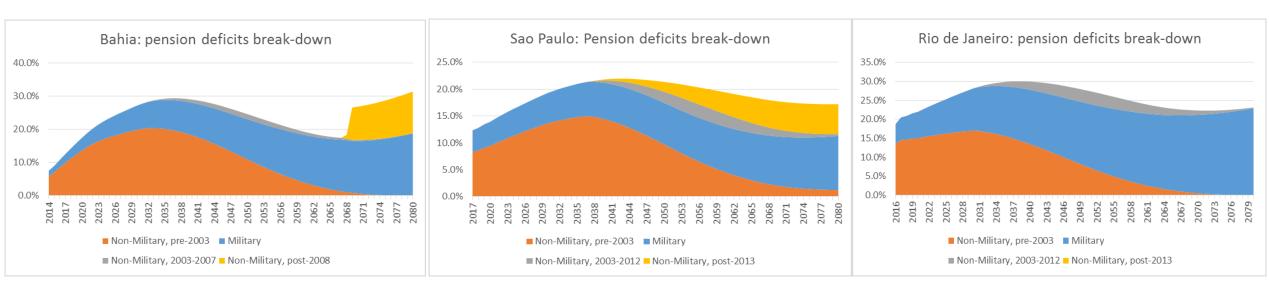


Fonte: Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2018 - STN



Desafios Fiscais: Projeção dos déficits previdenciários dos estados

Os déficits previdenciários (% da receita) se elevam consideravelmente em um período de 10 a 15 anos

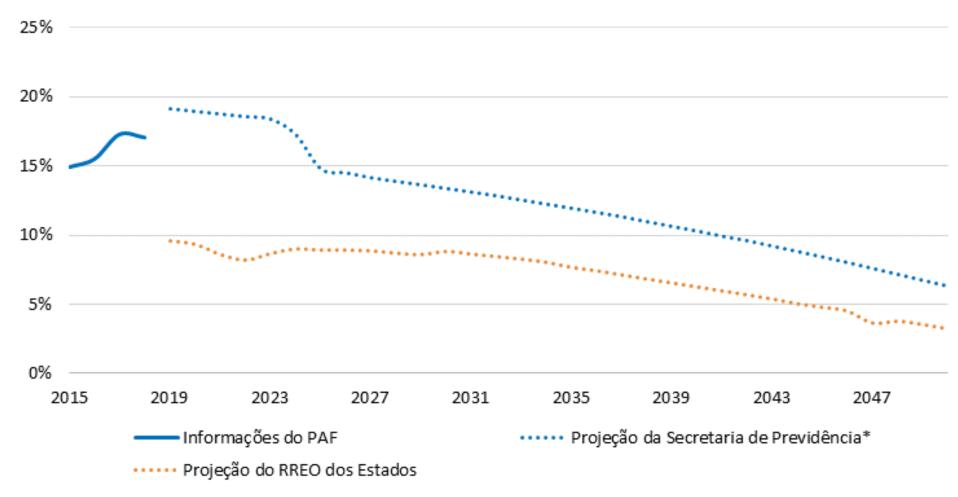


Ainda que a reforma da previdência ajude na redução da carga previdenciária dos estados no curto prazo, serão necessárias medidas adicionais



Desafios Fiscais: para resolver um problema, primeiro é preciso reconhece-lo

Projeção déficit previdenciário estados / Receita Corrente Líquida



Fonte: Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2018 – STN. O RREO apresenta projeções realizadas pelos próprios estados. * Não estão incluídos dados de Acre, Distrito Federal, Paraná, Roraima, Sergipe e São Paulo, por não haver dados disponíveis da Secretaria de Previdência em relação a estes estados



Desafios Fiscais: para resolver um problema, primeiro é preciso reconhecê-lo

UF	Despesa com Pessoal/RCL PAF	Despesa com Pessoa/RCL RGF
AC	65,81%	56,81%
AL	58,96%	55,33%
AM	54,37%	55,84%
AP	56,18%	49,32%
ВА	59,42%	56,05%
CE	56,28%	51,71%
DF	50,27%	45,73%
ES	52,30%	50,66%
GO	<mark>65,52%</mark>	<mark>54,67%</mark>
MA	57,34%	56,51%
MG	<mark>78,13%</mark>	<mark>75,86%</mark>
MS	63,55%	53,74%
MT	69,27%	67,47%
PA	57,18%	56,22%
РВ	62,78%	60,25%
PE	58,45%	56,86%
PI	65,27%	56,77%
PR	59,30%	53,05%
RJ	<mark>63,56%</mark>	<mark>46,04%</mark>
RN	66,44%	71,01%
RO	53,44%	51,23%
RR	57,92%	55,62%
RS	<mark>66,87%</mark>	<mark>54,44%</mark>
sc	59,25%	58,40%
SE	59,07%	57,36%
SP	54,22%	51,28%
то	79,22%	68,13%
Mediana	59,25%	55,84%

Fonte: Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2018 - STN



Desafios Fiscais: Para E&M, tributação não é justificativa da crise – Arrecadação Própria

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Governo central	316.729	355.073	418.533	492.999	539.957	619.849	707.964	712.383	833.858	983.696	1.033.038	1.143.378	1.201.853	1.233.995	1.285.014	1.354.497
Governo estadual	125.078	143.636	167.358	187.851	208.656	230.020	267.931	279.164	325.171	361.135	399.099	445.909	474.075	495.332	520.105	553.037
Governo municipal	23.824	27.897	33.096	36.781	42.173	48.254	55.155	60.335	71.467	82.847	93.368	103.314	114.566	122.356	127.125	135.692
Arrecadação própria	465.631	526.606	618.987	717.632	790.785	898.123	1.031.050	1.051.882	1.230.496	1.427.677	1.525.505	1.692.601	1.790.495	1.851.683	1.932.244	2.043.226
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Governo central	21,3	20,7	21,4	22,7	22,4	22,8	22,8	21,4	21,5	22,5	21,5	21,4	20,8	20,6	20,5	20,6
Governo estadual	8,4	8,4	8,5	8,7	8,7	8,5	8,6	8,4	8,4	8,3	8,3	8,4	8,2	8,3	8,3	8,4
Governo municipal	1,6	1,6	1,7	1,7	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,9	1,9	1,9	2,0	2,0	2,0	2,1
Arrecadação própria	31,3	30,7	31,6	33,1	32,8	33,0	33,2	31,6	31,7	32,6	31,7	31,7	31,0	30,9	30,9	31,1
Composição	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Governo central	68,0	67,4	67,6	68,7	68,3	69,0	68,7	67,7	67,8	68,9	67,7	67,6	67,1	66,6	66,5	66,3
Governo estadual	26,9	27,3	27,0	26,2	26,4	25,6	26,0	26,5	26,4	25,3	26,2	26,3	26,5	26,8	26,9	27,1
Governo municipal	5,1	5,3	5,3	5,1	5,3	5,4	5,3	5,7	5,8	5,8	6,1	6,1	6,4	6,6	6,6	6,6
Arrecadação própria	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0



Desafios Fiscais: Para E&M, tributação não é justificativa da crise – Receita Disponível

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Governo central	250.637	282.463	337.359	393.458	428.483	493.211	549.948	559.416	663.458	777.771	812.648	904.759	937.432	957.083	978.047	1.042.759
Governo estadual	130.718	148.759	170.754	195.841	217.077	240.428	282.446	287.002	329.432	372.450	407.528	449.976	483.974	505.127	537.187	566.343
Governo municipal	84.277	95.385	110.874	128.333	145.225	164.484	198.656	205.464	237.606	277.456	305.329	337.865	369.089	389.473	417.010	434.124
Receita disponível	465.631	526.606	618.987	717.632	790.785	898.123	1.031.050	1.051.882	1.230.496	1.427.677	1.525.505	1.692.601	1.790.495	1.851.683	1.932.244	2.043.226
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Governo central	16,8	16,4	17,2	18,1	17,8	18,1	17,7	16,8	17,1	17,8	16,9	17,0	16,2	16,0	15,6	15,9
Governo estadual	8,8	8,7	8,7	9,0	9,0	8,8	9,1	8,6	8,5	8,5	8,5	8,4	8,4	8,4	8,6	8,6
Governo municipal	5,7	5,6	5,7	5,9	6,0	6,0	6,4	6,2	6,1	6,3	6,3	6,3	6,4	6,5	6,7	6,6
Receita disponível	31,3	30,7	31,6	33,1	32,8	33,0	33,2	31,6	31,7	32,6	31,7	31,7	31,0	30,9	30,9	31,1
Composição	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Governo central	53,8	53,6	54,5	54,8	54,2	54,9	53,3	53,2	53,9	54,5	53,3	53,5	52,4	51,7	50,6	51,0
Governo estadual	28,1	28,2	27,6	27,3	27,5	26,8	27,4	27,3	26,8	26,1	26,7	26,6	27,0	27,3	27,8	27,7
Governo municipal	18,1	18,1	17,9	17,9	18,4	18,3	19,3	19,5	19,3	19,4	20,0	20,0	20,6	21,0	21,6	21,2
Receita disponível	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

4 Desafios Fiscais: Empresas Estatais

"As empresas estatais, enquanto exploradoras de atividade econômica, devem sua existência ao artigo 173 da Constituição de 1988. De acordo com a Constituição brasileira, as empresas estatais somente atuariam em casos excepcionais, quando necessário aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei. Em regra geral, submetem-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários."

Fonte: Boletim das Participações Societárias da União – 2017, da Secretaria do Tesouro Nacional

Desafios Fiscais: Empresas Estatais Federais



47 Empresas Estatais Federais das quais, **13** dependentes

108 Subsidiárias das quais, 99 pertencem à Petrobras, Eletrobrás e Banco do Brasil

Nova Lei das Estatais traz requisitos e vedações para administradores e conselheiros, exigência de comitês de auditoria e elaboração de políticas, como a de governança corporativa, entre outras inovações.



Fonte: Tesouro Nacional



Desafios Fiscais: Empresas Estatais Federais

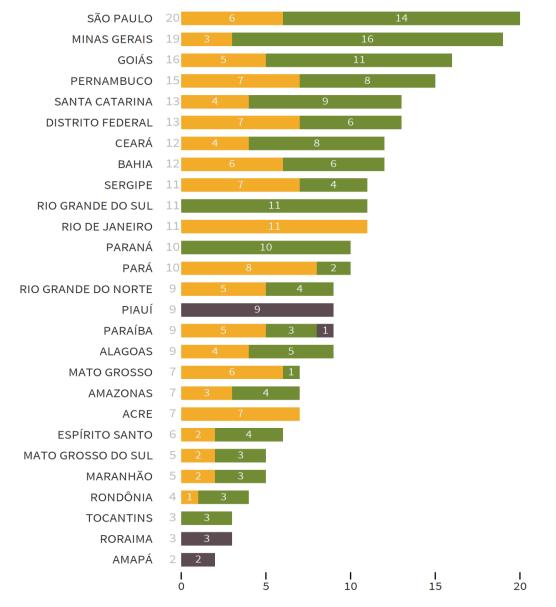
Subsidiárias e demais participações de empresas estatais já vendidos

Vendedor	Ativo	Data	Valor (Bilhões de reais)
Caixa (FGEduc)	8,9% no IRB Brasil RE	27/02/2019	2,5
Petrobras	Ativos em Distribuidoras no Paraguai	08/03/2019	1,6
Petrobras	Refinaria de Pasadena	01/05/2019	2
Petrobras	Transportadora Associada de Gás	13/06/2019	33,5
Caixa	2.3% of Petrobtras	06/26/2019	7,3
Banco do Brasil	9,35% da Neoenergia	28/06/2019	1,8
Petrobras	30% da Distribuidora BR	23/07/2019	9,6
Banco do Brasil e BNDES	Ativos no IRB	22/07/2019	7,4
Fonte: Ministério da Economia		TOTAL	65,7

- Além dessas operações, o Governo Federal enviou dez empresas para o Programa Nacional de Desestatização PND: Ceasaminas, Codesa, Trensurb, CBTU, Codomar (para liquidação), Casemg (para liquidação), ABGF, Emgea, Casa da Moeda do Brasil e Ceagesp
- E colocou mais cinco empresas para estudo, pelo BNDES: CEITEC, Correios, Telebrás, Serpro e Dataprev

Fonte: Tesouro Nacional

Desafios Fiscais: Empresas Estatais Estaduais



258 estatais E &M

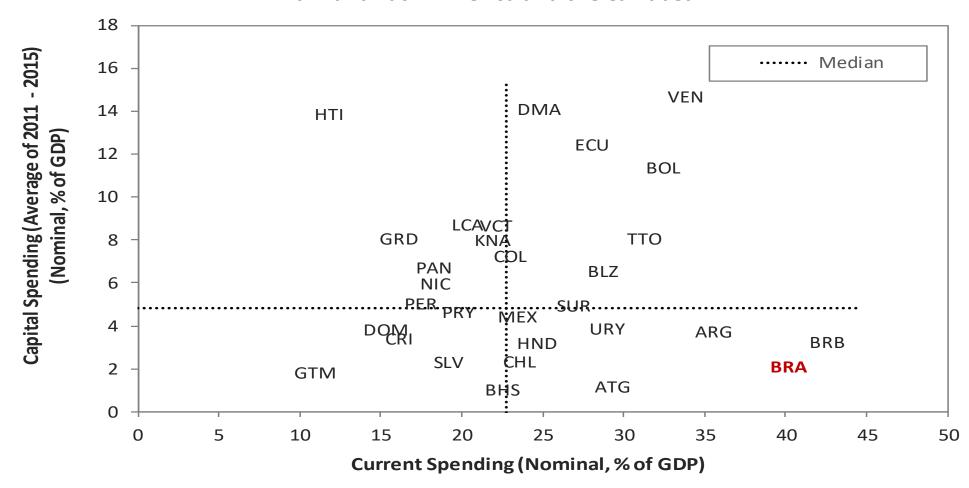
106 dependentes137 não dependentes15 não informadas

Em termos relativos, 41% das empresas declaradas pelos Estados são dependentes, ou seja, 106 empresas do total de 258. O número de estatais por Estado varia de 2 a 20, sendo que alguns deles possuem apenas empresas dependentes, e outros apenas não dependentes.

Desafios Fiscais: Implementar agenda de racionalização das despesas públicas para ampliar capacidade de investimento do Governo, principalmente em infraestrutura

Despesas Correntes vs. Despesas de Capital do Setor Público (em % PIB)

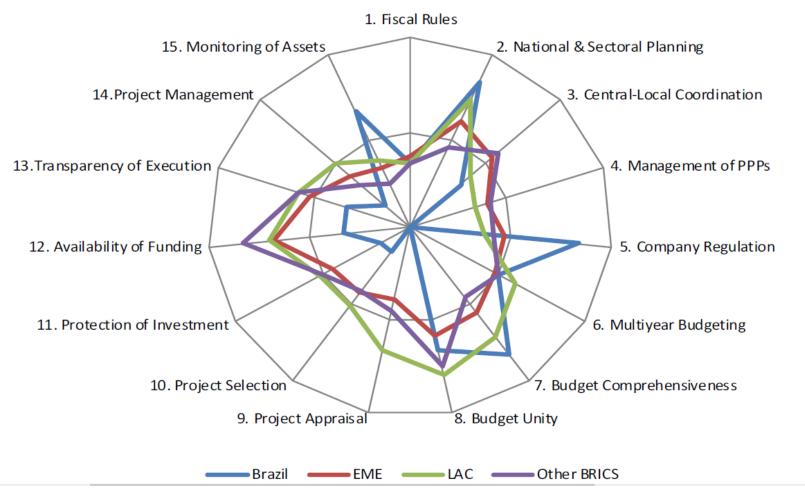
Brazil and Latin America and the Caribbean



Fonte: FMI

Desafios Fiscais: Tão importante quando ampliar capacidade de investimento do Governo é aumentar a sua eficiência em investir e conservar

Strength of Public Investment Management by Institution



Em resumo ...

- > Ambiente macroeconômico estável é condição indispensável para o crescimento sustentável
 - ✓ O setor externo está equilibrado e as reservas internacionais em níveis confortáveis
 - ✓ O sistema financeiro nacional está robusto
 - ✓ E a inflação está sob controle
- Porém, para um crescimento econômico estrutural mais robusto é necessário avançar na agenda de reformas e reequilibrar as contas públicas
 - ✓ para que a dívida pública volte para níveis próximos aos dos demais países emergentes
 - ✓ o que nos levaria de volta ao grau de investimento: financiamento do País com juros mais baixos
- São muitos os desafios fiscais:
 - ✓ para o médio prazo, a previdência federal já está melhor equacionada, mas ainda é preciso trabalhar muito para garantir o retorno ao **primário estruturalmente positivo**, além de controlar as **despesas com pessoal ativo e inativo dos estados**
 - ✓ A batalha da comunicação é complexa, com muita informação difusa e sem qualidade, e contrainformação. Além disso, há a percepção dos grupos de interesse que o País não quebra e que, ao final, não serão eles que pagarão a conta
 - ✓ Quem mais sofre são os menos assistidos, sem voz no debate público, seja pela falta de **investimentos públicos em saneamento básico**, seja, principalmente, pela falta de **novas políticas públicas**, mais alinhadas às necessidades da sociedade

Invista no Tesouro Direto



www.tesourodireto.gov.br

Para mais informações acesse o site do Tesouro Nacional:

www.tesouro.fazenda.gov.br

Ou entre em contato com a Gerência de Relacionamento

Institucional: stndivida@fazenda.gov.br